

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 160

Poder Legislativo

Recife, sábado, 24 de setembro de 2005

Assembleia participa de manifestação contra a Celpe

Ato público aconteceu em frente à companhia, na Avenida João de Barros

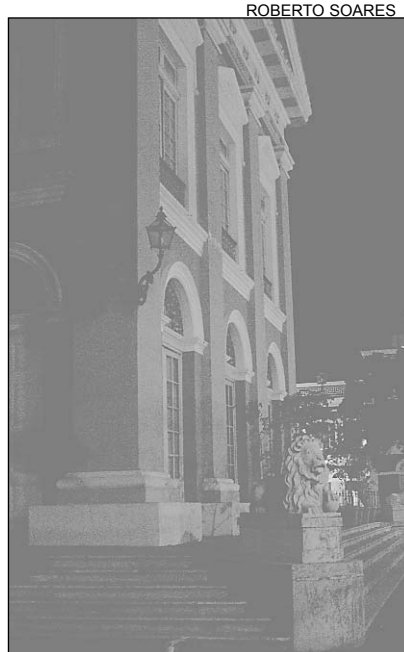
Os parlamentares integrantes da Comissão Especial da Assembleia que acompanha o reajuste de energia elétrica no Estado participaram, ontem, de um ato público contra o aumento de 24,43%. A manifestação aconteceu em frente ao prédio sede da Celpe, na Avenida João de Barros, Boa Vista. Durante aproximadamente duas horas, os manifestantes estiveram reunidos em uma vigília no local. A partir das 18h, teve início o apagão simbólico durante 15 minutos, em que velas, lanternas e candeieiros foram acesos. Além da Alepe, várias instituições, como a Prefeitura da Cidade do Recife e a Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), aderiram ao apagão, que conti-

nuará sendo realizado todas as quartas-feiras, à tarde.

Para o presidente do colegiado da Alepe, deputado Sérgio Leite (PT), o protesto reflete a insatisfação da população. Leite informou que a Comissão solicitará aos prefeitos de Pernambuco o levantamento sobre o impacto que o reajuste representará em um ano e quais serviços poderiam ser prestados à sociedade com esse dinheiro.

"Os recursos deixarão de ser aplicados em obras que representam benefícios para a população, como a construção de escolas e recuperação de vias públicas, para ser destinado a uma empresa", salientou.

O presidente da Comissão de Defesa da Cidadania, Roberto Leandro



ROBERTO SOARES



ROBERTO SOARES

APAGÃO - Palácio Joaquim Nabuco (e) ficou às escuras enquanto, em frente à Celpe, deputados e integrantes de diversos movimentos sociais acenderam candeieiros

(PT), também apoiou a manifestação. "Precisamos ter consciência do efeito do-

minó que o reajuste significará. É evidente que os valores cobrados pelo pão-

zinho francês e pelos serviços públicos também sofrerão aumento", lamentou.

Há seis meses, a Celpe tenta elevar os valores das contas de luz com o aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Recentemente, a juíza da 3ª Vara Federal no Estado, Carolina Malta, proibiu a companhia de cobrar de forma retroativa o reajuste de 24,43%. O aumento começou a vigorar depois que o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, derrubou a liminar que o limitava em 7,4%. O deputado Sérgio Leite ainda disse que o próximo passo será entrar com um agravo regimental, em Brasília, recorrendo da decisão do STJ, e pedir o julgamento do mérito ao Tribunal Regional Federal (TRF).

Cultura

IRB pode receber verbas públicas e privadas

Localizado na Várzea, o Instituto Ricardo Brennand (IRB) é agora de utilidade

FERNANDO SILVA



AUTOR - Bruno Araújo

pública. A proposição foi do deputado Bruno Araújo (PS-DB). "A instituição desenvolve um trabalho visando não só o cuidado estético com as exposições, mas, também, busca educar as pessoas, um verdadeiro ato social", destacou o parlamentar.

A Lei nº12.859/05, sancionada pelo governador Jarbas Vasconcelos (PM-DB), no dia 20 de julho, permitirá que o IRB receba apoio e contribuição de organismos públicos e privados.

O Castelo São João, principal instalação do instituto,

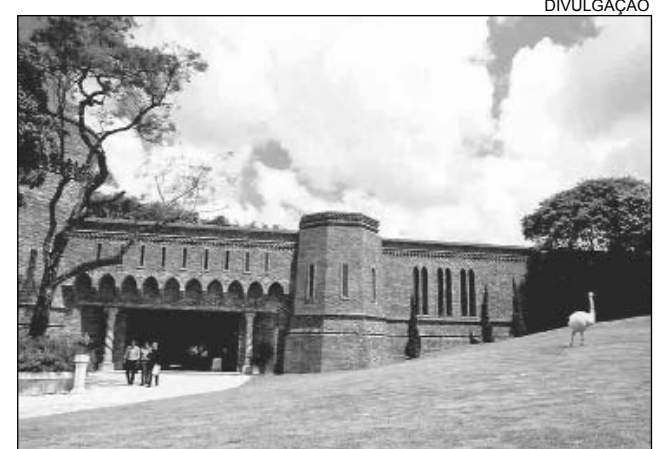
conta com seis diferentes coleções. O núcleo de armaria tem, aproximadamente três mil peças fabricadas na Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Turquia, Índia e Japão. A tradição europeia também está representada na coleção de tapeçaria e artes decorativas.

A arte neoclássica está nas réplicas das esculturas de artistas importantes do barroco italiano, como Gianbolonha e Bernini. O estilo gótico pode ser observado no mobiliário. As artes visuais não foram esquecidas. As diversas técnicas de pintura e artes gráficas,

incluindo a gravura e os mapas, também podem ser vistas nas diversas dependências do lugar.

Exposições importantes como *Frans Post e o Brasil Holandês* e o conjunto completo de obras de Albert Eckhout, que estão no Museu Nacional de Copenhagen, na Dinamarca, deixou o espaço pela primeira vez, em três séculos, para ser exposto no IRB.

"Essas ações são uma contribuição inestimável à cultura dos pernambucanos. A lei só vem a reconhecer o mérito desse importante trabalho", afirmou Araújo. O



DIVULGAÇÃO

CASTELO - Trabalho social incentiva valorização da arte

empresário Ricardo Brennand agradeceu em nome do instituto, e afirmou que a

iniciativa vai ampliar a projeção da instituição e o nome de Pernambuco.

Mensagens

MENSAGEM Nº 115/2005

Recife, 23 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho, para apreciação dessa Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que tem por finalidade doar, com encargo, à Municipalidade de Limoeiro, o imóvel localizado na Vila da Cohab, nº 977, naquela cidade, de propriedade do Estado de Pernambuco, onde funcionava o Centro Social Urbano “Evalda Vilaça” naquele Município.

A doação do imóvel em tela à Prefeitura Municipal de Limoeiro é essencialmente vantajosa por tratar-se da ampliação e melhoria do ensino superior local e dos Municípios vizinhos, através de sua transferência física, vez que atualmente funciona em uma Escola Pública Municipal, otimizando assim as atividades ali desempenhadas.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 23 de setembro de 2005.

Jarbas de Andrade Vasconcelos
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 1077/2005

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA:

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a doar, com encargo, ao Município de Limoeiro, o imóvel localizado na Vila da Cohab, nº 977, Limoeiro, integrante de sua propriedade.
Parágrafo único. A doação prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à transferência da Faculdade de Administração de Limoeiro – FACAŁ para aquele imóvel, viabilizando a sua ampliação e melhoria estrutural.

Art. 2º Em caso de não atendido o encargo disposto no Parágrafo único do artigo anterior, operar-se-á a resolução da doação do imóvel, retornando-o para a propriedade do Estado de Pernambuco.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 23 de setembro de 2005.

Jarbas de Andrade Vasconcelos
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Comissões.

MENSAGEM Nº 116/2005

Recife, 23 de setembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor,

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Assembléia, Projeto de Lei que trata-se de medida em que se busca a autorização legislativa a fim de que o Tribunal de Justiça de Pernambuco utilize-se provisoriamente dos recursos arrecadados e provenientes das taxas, custas judiciais e emolumentos, para gastos com pessoal. Os mencionados recursos, em regra, são destinados exclusivamente para despesas de capital e investimento, bem como em treinamento de pessoal, conservação, reforma e aquisição de bens móveis e imóveis dos órgãos de Poder Judiciário, sendo vedada sua destinação a outras despesas correntes, inclusive gastos com pessoal, conforme estabelece o § 4º do artigo 26 da Lei n.º 11.404 de 19 de dezembro de 1996.

Entretanto, justifica-se a busca da via legal, em face da excepcional necessidade de reforço nas dotações destinadas ao pagamento de Pessoal em virtude dos reajustes dos vencimentos de magistrados e servidores do Poder Judiciário, uma vez que os recursos atualmente a disposição na dotação orçamentária própria, não comportam tal impacto. Portanto necessita, aquele poder, de aporte de verba necessária à implantação do mencionado Plano, no valor correspondente à quantia de R\$ 38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais).

Esclareço, por oportuno, que mencionada quantia é fruto de saldo superávit financeiro, de recursos próprios, apurado no balanço do exercício de 2004, hoje em R\$ 18.700.000,00, e R\$ 20.000.000,00 de recursos a serem arrecadados no próximo exercício. Cuida-se, na verdade, de projeto de lei temporária que tem a finalidade específica para autorizar, de forma excepcional, a utilização de recursos próprios que têm destinação exclusiva, para fazer face a gastos com pessoal.

Igualmente, pretende-se desde já obter autorização para utilização de possível superávit financeiro, de recursos próprios daquele poder, a ser apurado ao fim do exercício em curso, para igualmente destiná-lo, caso haja necessidade, para as despesas de pessoal. Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o artigo 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 23 de setembro de 2005.

Jarbas de Andrade Vasconcelos
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 1078/2005

Ementa: Autorizar o Tribunal de Justiça de Pernambuco a utilizar, excepcionalmente, os recursos arrecadados e provenientes das taxas, custas judiciais e emolumentos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA:

Art. 1º Fica o Tribunal de Justiça de Pernambuco autorizado a utilizar, excepcionalmente, os recursos arrecadados e provenientes das taxas, custas judiciais e emolumentos na ordem de R\$ 38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais) para despesas com pessoal, bem como os recursos provenientes de superávit financeiro, originário de recursos próprios, a ser apurado no exercício corrente.

Art. 2º As despesas mencionadas no artigo anterior ficam limitadas ao gasto com pessoal no corrente exercício subsequente.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Justiça.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 23 de setembro de 2005.

Jarbas de Andrade Vasconcelos
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª, 3ª Comissões.

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2005.

Às dez horas e trinta minutos do dia seis do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Bruno Rodrigues, reuniram-se os Deputados ALF, Augusto Coutinho, Isaltino Nascimento, José Queiroz, Pedro Eurico e a Deputada Jacilda Urquisa membros efetivos, e os Deputados Adelmano Duarte, Augusto César, Bruno Araújo, Roberto Liberato, Silvio Costa e as Deputadas Aurora Cristina e Teresa Leitão, membros suplentes. Observado o *quorum* regimental, o Presidente declarou aberta a reunião e passou à leitura da ata da reunião anterior, que, não tendo sofrido qualquer impugnação, foi dada por aprovada. Em seguida, o Presidente passou à distribuição das proposições, cujo resultado foi o seguinte: Projeto de Lei Ordinária nº 1038/2005, de autoria da Deputada Carla Lapa (Ementa: Dá nova denominação ao Palácio do Governo do Estado de Pernambuco) Distribuído para o Deputado Pedro Eurico; Projeto de Lei Ordinária nº 1052/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de imóvel que indica, e dá outras providências) Distribuído para o Deputado Augusto Coutinho; Projeto de Lei Ordinária nº 1053/2005, de autoria do Deputado Romário Dias (Ementa: Declara de Utilidade Pública, a entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina - FEAPE) Distribuído para a Deputada Aurora Cristina; Projeto de Resolução nº 862/2005, de autoria do Deputado Raimundo Pimentel (Ementa: Concede a José Nestor Ferreira de Aguiar Neto, o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano) Distribuído para o Deputado Bruno Araújo; Projeto de Resolução nº 866/2005, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao Religioso Dom Irineu Roque Scherer) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa; Projeto de Resolução nº 959/2005, de autoria do Deputado Fernando Lupa (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao Engenheiro Eletricista e Matemático, SOLON DE MEDEIROS FILHO) Distribuído para o Deputado Augusto Coutinho; Projeto de Resolução nº 974/2005, de autoria do Deputado Bruno Araújo (Ementa: Concede o Título de Cidadão do Estado de Pernambuco ao Dr. DAVID AFONSO ANTONIO SANTINI). Distribuído para o Deputado José Queiroz. Em seguida passou a discussão das seguintes proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2005, de autoria do Deputado Romário Dias (Ementa: Dispõe sobre alteração no art. 61 da Constituição do Estado de Pernambuco) Relator Deputado ALF – Retirado de Pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 807/2004, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Assegura aos agricultores familiares o direito de comercializar seus produtos agropecuários com dispensa de licitação pública e dá outras providências) Relator Deputado Pedro Eurico – Retirado de Pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 915/2005, de autoria do Deputado Manoel Ferreira (Ementa: Dispõe sobre a exigência, no ato da matrícula de alunos a rede pública estadual de ensino, a apresentação de uma certidão de antecedentes criminais e dá outras providências) Relator Deputado Augusto César – Retirado de Pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Relator Deputado Pedro Eurico – Retirado de Pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1016/2005, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade sexual e dá outras providências) Relator Deputado Bruno Araújo – Retirado de Pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1026/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica, e dá outras providências) Relatora Deputada Jacilda Urquisa – Retirado de Pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1035/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Concede pensão especial mensal a Cleonice Maria de Sá, Fátima Amaro Barros, Raí Barros Gomes e Ramon Barros Gomes, viúva, companheira e filhos menores de Joaquim Libânio Gomes, ex-Soldado da Polícia Militar de Pernambuco) Relatora Deputada Jacilda Urquisa – Retirado de Pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1036/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Concede pensão especial mensal a Lúcia Helena Ribeiro de Paula, Alexandre Gomes de Paula Júnior e Luan Ribeiro de Paula, viúva e filhos menores de Alexandre Gomes de Paula, ex-Agente da Polícia Civil de Pernambuco) Relatora Deputada Jacilda Urquisa – Retirado de Pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 1037/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Concede pensão especial mensal a Lucileide Dantas de Souza, Karina Dantas de Souza, Adelson Dantas Costa Sobrinho e Rafaela Dantas de Souza, viúva e filhos menores de William Agnus de Souza, ex-Escrivão de Polícia Civil de Pernambuco) Relatora Deputada Jacilda Urquisa – Retirado de Pauta; Projeto de Resolução nº 784/2004, de autoria do Deputado Sebastião Rufino (Ementa: Concede o Título de Cidadão de Pernambuco ao Exmº Sr. Major Brigadier-do-Ar Luiz Carlos Paranhos Montenegro) Relator Deputado Silvio Costa – Retirado de Pauta; Subemenda Modificativa nº 03, apresentada pela Comissão de Saúde

(Ementa: Altera as redações da Ementa, do *caput* do art. 2º e do §2º, do art. 2º da Subemenda Substitutiva n.º 01 ao Substitutivo n.º 02, ao Projeto de Lei Ordinária nº 52/2003), à Subemenda Substitutiva nº 01, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Substitutivo nº 02 ao Projeto de Lei Ordinária nº 52/2003), ao Substitutivo nº 02, apresentado pela Comissão de Saúde (Ementa: Apresenta Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 52/2003, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior), ao Projeto de Lei Ordinária nº 52/2003, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior (Ementa: Obriga as cantinas das escolas públicas e particulares, em Pernambuco, a submeterem os seus cardápios de alimentação à aprovação do SBEM-PE) Relator Deputado Bruno Araújo – Retirado de Pauta. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião, convocando a próxima reunião ordinária para o dia 13 de setembro de 2005, às dez horas (10:00h). Do que, para constar, Eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO BRUNO RODRIGUES
Presidente da CCLJ

Titulares:
Deputado ALF
Deputado Isaltino Nascimento
Deputada Jacilda Urquisa
Deputado José Queiroz
Suplentes:
Deputado Adelmano Duarte
Deputada Aurora Cristina
Deputado Augusto César

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2005.

Às dez horas do dia vinte do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Bruno Rodrigues, reuniram-se os Deputados ALF, Jacilda Urquisa e José Queiroz membros efetivos, e os Deputados Adelmano Duarte e Roberto Liberato, membros suplentes. Observado o *quorum* regimental, o Presidente declarou aberta a reunião e passou à leitura da ata da reunião anterior, que, não tendo sofrido qualquer impugnação, foi dada por aprovada. Em seguida, o Presidente passou à distribuição das proposições, cujo resultado foi o seguinte: Projeto de Lei Ordinária nº 1062/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de imóvel que indica e dá outras providências) Distribuído para o Deputado José Queiroz; Projeto de Lei Ordinária nº 1063/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Concede Pensão Especial) Distribuído para o Deputado Roberto Liberato; Projeto de Resolução nº 988/2005, de autoria do Deputado Augusto Coutinho (Ementa: Concede o Título de Cidadão de Pernambuco ao ex-Vice-Governador Paulo Gustavo de Araújo Cunha) Distribuído para o Deputado Adelmano Duarte; Projeto de Resolução nº 1061/2005, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede o Título de Cidadão Pernambucano ao Médico Diretor do Serviço de Oncologia do Real Hospital Português, Dr. Rubens Barros Costa) Distribuído para o Deputado Adelmano Duarte; Projeto de Resolução nº 1064/2005, de autoria do Deputado Sebastião Rufino (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco ao Médico Dr. Francisco Assis Ferreira da Silva) Distribuído para o Deputado Adelmano Duarte; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Administração Pública (Ementa: Modifica a redação do § 1º do art. 41 e do *caput* dos arts. 54 e 59 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 02, apresentada pela Comissão de Administração Pública (Ementa: Adita inciso V ao art. 51 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Supressiva nº 03, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Suprime o parágrafo único do artigo 23 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 04, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 05, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 06, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 07, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 08, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 09, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 10, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 11, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 12, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 13, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 14, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 15, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 16, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 17, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 18, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 19, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 20, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 21, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 22, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 23, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 24, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 25, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 26, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 27, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 28, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 29, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 30, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 31, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 32, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 33, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 34, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 35, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 36, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 37, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 38, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 39, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art. 36; o inciso XX ao art. 48; e o inciso V ao art. 57 do Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado), ao Projeto de Lei Ordinária nº 994/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências) Distribuído para a Deputada Jacilda Urquisa por dependência; Emenda Aditiva nº 40, apresentada pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Adita o inciso VI ao art. 22; o parágrafo único ao art.

HOSPITALAR DE TODO NORTE-NORDESTE. SÃO DEZENAS DE HOSPITAIS, SENDO QUE O MAIOR DELES É O MESMO QUE, HÁ CENTO E CINQUENTA ANOS, INSPIROU A VOCAÇÃO MÉDICA DA REGIÃO: O REAL HOSPITAL PORTUGUÊS. SÃO MAIS DE 50 CLÍNICAS ESPECIALIZADAS EM DIVERSAS ÁREAS MÉDICAS. 550 LEITOS, 20 SALAS CIRÚRGICAS E A UTI QUE DÃO SUPORTE ÀS CIRURGIAS REALIZADAS EM TODO O HOSPITAL. O HOSPITAL MAIS COMPLETO DO NORDESTE OFERECE EMERGÊNCIAS EM CARDIOLOGIA, OFTALMOLOGIA, OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, TRAUMATOLOGIA, ORTOPEDIA E NEUROLOGIA. AINDA DISPONDO DE MEIO PARA REMOÇÃO DE PACIENTES, UTIS MÓVEIS E UM HELIPORTO EXCLUSIVO, LOCALIZADO NA ÁREA DO PRÓPRIO HOSPITAL. O REAL HOSPITAL PORTUGUÊS CONTA COM UMA EQUIPE DE PSICÓLOGOS, NUTRICIONISTAS, ASSISTENTES SOCIAIS, TRABALHANDO EM CONJUNTO COM OS MÉDICOS E ESPECIALISTAS EM TODOS OS SETORES DO HOSPITAL, CONTANDO TAMBÉM COM O APOIO DAS IRMÃS DA ORDEM DE SANT'ANNA QUE ACOMPANHAM OS PACIENTES. OS EQUIPAMENTOS MÉDICOS, TODOS DE AVANÇADA TECNOLOGIA, SÃO MANUSEADOS POR UMA EQUIPE ESPECIALIZADA E O ATENDIMENTO TEM O RECONHECIDO PADRÃO DO REAL HOSPITAL PORTUGUÊS, SEMPRE PROMOVENDO SAÚDE E COMPROMETIDO COM A BENEFICÊNCIA.

A BENEFICÊNCIA É EXERCIDA NO REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DESDE A SUA FUNDAÇÃO HÁ 150 ANOS. MAS É NO AMBULATÓRIO MARIA FERNANDA QUE ESTA PRÁTICA GANHA MAIOR EXPRESSÃO. LÁ, EXISTEM MÉDICOS, DENTISTAS, ASSISTENTES SOCIAIS, ENFERMEIRAS ANA NERY E AUXILIARES DE ENFERMAGEM, ATENDENDO PACIENTES CARENTES.

TODOS OS PACIENTES ATENDIDOS NO MARIA FERNANDA SÃO COMPROVADAMENTE CARENTES. ELES SÃO SELECIONADOS PELAS ASSISTENTES SOCIAIS E ATENDIDOS PELOS MÉDICOS - MUITAS VEZES SÃO ENCAMINHADOS PARA OUTROS ESPECIALISTAS DO PRÓPRIO HOSPITAL, INCLUSIVE PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS E RECEBEM OS REMÉDIOS PARA DAREM CONTINUIDADE AO TRATAMENTO, EM CASA. O MEDICAMENTO É DADO PORQUE O HOSPITAL COMPROVA A IMPOSSIBILIDADE DESSOS PACIENTES EM ADQUIRI-LOS, O QUE IRIA PREJUDICAR A SUA RECUPERAÇÃO.

OS PACIENTES DO AMBULATÓRIO MARIA FERNANDA TAMBÉM CONTAM COM O APOIO RELIGIOSO DAS IRMÃS FILHAS DE SANT'ANNA.

GRAÇAS A ESSES ESFORÇOS, O HOSPITAL PORTUGUÊS HOJE É REFERÊNCIA QUANDO SE FALA EM TECNOLOGIA A SERVIÇO DA SAÚDE SENDO O MAIOR COMPLEXO HOSPITALAR (EM ÁREA CONSTRUÍDA) DA REGIÃO NORTE-NORDESTE.

POR ISSO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS DEPUTADAS, SENHORES DEPUTADOS, NÃO PODERIA DEIXAR DE REGISTRAR NA CASA DE JOAQUIM NABUCO, A PASSAGEM DO CENTÉSIMO QUÍNGUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO REAL HOSPITAL PORTUGUÊS EM PERNAMBUCO E PARABENIZAR A TODOS OS SEUS MEMBROS, NA PESSOA DO SENHOR PROVEDOR DR. ALBERTO FERREIRA DA COSTA, PELO CARINHO E TRABALHO DO MAIS ALTO NÍVEL DEDICADO ÀQUELES QUE BUSCAM NAQUELE NOSÓCOMIO O TRATAMENTO DE SEUS PROBLEMAS. MUITO OBRIGADO!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ROBERTO LIBERATO NA REUNIÃO DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2005

O 1º SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Em 08 de julho de 2002, o Governador do Estado Jarbas Vasconcelos sancionava a Lei Nº 12.252, que instituiu o PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Naquele momento, dávamos um passo decisivo para a melhoria da qualidade da educação no Estado de Pernambuco e apontávamos para a necessidade de criarmos as condições objetivas para que, em dez anos (tempo de duração do Plano), resolvêssemos os principais problemas da educação do nosso povo.

No conteúdo do Plano de Educação estavam vários diagnósticos da realidade educacional do Estado, bem como as principais diretrizes para superar aquela realidade. Diretrizes para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e Médio, para a educação de minorias indígenas e de jovens e adultos.

O plano também contava com uma ampla proposta de política para a educação tecnológica e de formação profissional, bem como de educação especial com base na inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Outra dimensão importante do Plano Estadual foi a determinação de que fossem criados mecanismos eficazes para a formação de professores da Educação Básica, para a valorização do Magistério e para o fortalecimento da gestão escolar, com base na autonomia da escola.

Por fim, e talvez o mais importante aspecto tratado pelo Plano Estadual, o financiamento da Educação, a espinha dorsal para a sustentação da proposta, que estabeleceu as metas, os recursos disponíveis e definiu as estratégias para a consecução desses objetivos.

Quase cinco anos depois da sanção do Plano pelo Governador, muito foi realizado, mas sabemos que muito ainda há por realizar. Todos nós temos responsabilidades quanto ao sucesso da educação no nosso Estado, mas uma tarefa especial cabe a este Poder Legislativo.

Senhor Presidente

Cabe-nos o cumprimento do § 1º do Art. 3º do Plano, que determina que “O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, acompanhará a execução do Plano Estadual de Educação”. Portanto, é em cumprimento à lei que aqui estou, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação e Cultura desta Casa.

Venho convidar, mais que isto, conclamar aos meus nobres pares que participem na próxima semana, com início no dia 26 de setembro, às 15 horas, no Plenário desta Casa, da primeira grande avaliação do Plano de Educação realizada por este Poder, em cumprimento ao § 2º do Art. 3º, que determina que “A primeira avaliação realizar-se-á no quarto ano de vigência da Lei, cabendo à Assembleia aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções”.

Esta avaliação, em tempo oportuno, será realizada durante o I SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO, que tem por tema geral “EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: AVALIANDO O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO” e tem por principais objetivos: fortalecer a

Assembleia Legislativa de Pernambuco como interlocutora da política educacional do Estado; contribuir com as discussões e resoluções acerca da educação em Pernambuco, visando a melhoria da qualidade da escola pública, bem como avaliar e atualizar a implementação do Plano Estadual de Educação.

Trata-se de um evento de iniciativa da Comissão de Educação e Cultura, com base no que está determinado na Resolução nº 726/2005, de autoria da deputada Teresa Leitão, que, como vice-presidenta da Comissão de Educação, foi a principal idealizadora do evento.

Na programação haverá palestras e painéis diversos, contando com a participação da Coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação de Educação da UFPE, Profª. Drª. Márcia Ângela da Silva Aguiar, do representante do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da UFPE/FUNDAJ, Prof. Dr. José Batista Neto; do Diretor Geral de Ensino da Secretaria de Educação de Paulista, Prof. José Francisco dos Santos, além de inúmeros convidados importantes no segmento da educação em Pernambuco.

Por fim, Senhor Presidente, penso que a realização deste evento é uma significativa parcela de contribuição que esta Assembleia Legislativa, através da sua Comissão de Educação e Cultura dá em direção ao cumprimento da determinação do próprio Plano, que por comando legal manda que “Os Poderes do Estado e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas”.

Para encerrar, agradeço o apoio incondicional que a Presidência desta Casa prestou à realização do Seminário, colocando à disposição desta Comissão de Educação e Cultura a Escola do Legislativo, que desempenhou papel decisivo para a organização de todas as atividades do evento.

Grato a todos pela atenção e conto com a relevante presença dos colegas.

Pronunciamento do Deputado Sérgio Leite na Reunião Solene no dia 13 de setembro de 2005.

HOMENAGEM AOS 55 ANOS DA LBV

Muito nos honra render, hoje, esta justa homenagem à Legião da Boa Vontade, entidade que há 55 anos prega e realiza a solidariedade em nosso país.

Tendo como lema **educação e cultura, alimentação, saúde e trabalho, com espiritualidade**, a LBV mantém 64 unidades de atendimento no Brasil, atuando também na Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Portugal e Estados Unidos da América.

A LBV é reconhecida oficialmente pela Organização das Nações Unidas – ONU, onde tem participação no Conselho Social e Econômico – ECOSOC. Isso é fruto do seu trabalho filantrópico, de educação e de promoção social no Brasil e outros países, como já citado.

A sua nobre missão contribui efetivamente para a difusão dos preceitos contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, fazendo valer os direitos de cada cidadão, assim como a conscientização de seus deveres para com a sociedade.

São mantidas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio, lares para crianças, adolescentes e idosos, centros comunitários, onde a população carente é beneficiada com programas como o de Capacitação Profissional e o da Ronda da Caridade, este há 43 anos resgatando a auto-estima e promoção social das comunidades.

As suas unidades de ensino adotam a Pedagogia da Cidadão Ecumênico, formulada por Paiva Netto, cujo objetivo é desenvolver os educandos em sua totalidade, de forma que as relações humanas possam ser aprimoradas com base em valores éticos, sociais e espirituais. Esse método é traduzido pelo lema “**aqui se estuda: formam-se cérebro e coração**”

A sua atuação junto às populações que vivem em situação de risco social é mais que oferecer recursos materiais. É direcionada para a construção de uma estrutura social sólida e auto-sustentável, visando enfim a uma sociedade mais justa e solidária.

A Legião da Boa Vontade atua em Pernambuco há trinta anos, tendo prestado em média 22 mil atendimentos anuais, meta esta conseguida com a parceria da sociedade pernambucana. Nesse trabalho destacamos os seguintes programas: **Criança, Futuro no Presente; Ronda da Caridade; Curso de Operador de Micro; Grupo de Convivência à Terceira Idade; SOS Nordeste, SOS Calamidades**; além da campanha “**Natal de Jesus – O Pão Nosso de Cada Dia**”.

Esses Programas atendem anualmente a centenas de crianças e adolescentes, que são incluídos socialmente mediante cursos do ensino regular, além de outros cursos como o de Operador de Computador, Digitação, Manutenção e Montagem de Micro.

Os idosos são reintegrados à sociedade participando dos grupos de convivência em localidades de pobreza extrema, como Joana Bezerra, Coque, Coelhoos, São José, Santo Amaro, entre outros locais.

As comunidades vítimas de calamidades públicas e em situação de risco e exclusão social são atendidas, no Estado de Pernambuco, combinando ações emergenciais de apoio material com ações de integração social.

Como se vê, a exemplo de sua atuação em nível nacional, os trabalhos da Legião da Boa Vontade em Pernambuco são fecundos, não só em termos numéricos, mas principalmente, por estabelecer como meta primordial a promoção social, a solidariedade e a prática ecumênica.

O idealizador da Legião da Boa Vontade foi o saudoso Jornalista Alziro Zarrur, que promoveu a sua fundação em 01 de janeiro de 1950. Este projeto social e ecumênico é hoje presidido pelo jornalista e escritor José de Paiva Netto.

O fundador da LBV, Alziro Elias Davi Abraão Zarrur, casado com a Senhora Iracy de Abreu, nasceu em 25 de dezembro de 1914, de pais sírios, católicos ortodoxos. Considerava-se a reencarnação de Allan Kardec, como escreveu ele próprio no livro “Jesus – A Saga de Alziro Zarrur II”. Também foi político, tendo criado o Partido Trabalhista Nacional – PTN, chegando a se candidatar a Presidência da República. Criou o programa “Hora da Boa Vontade”, na Rádio Globo do Rio de Janeiro, onde instituiu a “Prece do Copo D’água”, com citações de textos bíblicos que estimulavam as pessoas a praticarem atos de boa vontade.

José de Paiva Netto, o continuador da obra iniciada por Alziro Zarrur, nasceu a 02 de março de 1941, no Rio de Janeiro. Em 1979, assume a presidência da entidade, em decorrência da morte do seu fundador. Desde a sua juventude teve uma preocupação incomum com temas filosóficos, espirituais, sociais, políticos, científicos, econômicos e um profundo senso de auxílio aos mais necessitados.

Esses 55 anos de atividades ininterruptas no Brasil fazem da LBV uma das instituições de maior respeito e credibilidade no país, e isto devemos aos 49 anos de atuação do jornalista Paiva Netto, 25 anos dos quais como Diretor Presidente, a quem saudamos na pessoa do Diretor Regional do Nordeste, Sr. Valdenir Ferreira

Pronunciamento do Deputado Bruno Araújo na Reunião Solene no dia 21 de setembro de 2005.

Entrega do Título de Cidadão de Pernambuco ao Dr. Paulo de Barros Carvalho.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados

Pernambuco, através do trabalho, determinação e sabedoria de seu povo tem construído uma história de desenvolvimento econômico e social, que envolve não somente suas lideranças, mas, também conta com a colaboração de brasileiros, de outros Estados, que no campo específico de suas atividades têm contribuído para o engrandecimento de Pernambuco.

É para homenagear um desses grandes colaboradores do Estado, que nós parlamentares, autoridades e ilustres convidados estamos reunidos esta noite, para a solenidade em que a Assembleia Legislativa outorga o título de cidadão pernambucano ao Dr. Paulo de Barros Carvalho, jurista e um dos maiores tributaristas brasileiros.

Doutor em Direito Tributário, disciplina jurídica em que é professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), o nosso homenageado nasceu em São Paulo, porém já com raízes em Pernambuco. Oriundo de tradicional família do nosso Estado, Paulo é filho do pernambucano Leonardo e da gaúcha Dulce, e tem entre os seus familiares: o saudoso senador Antônio de Barros Carvalho, ex-ministro da Agricultura do Governo Juscelino Kublitschek, e o presidente e benemérito do Clube Náutico Capibaribe, Eládio de Barros Carvalho, cujo centenário de nascimento é comemorado este ano.

Pelas mãos do pai, Leonardo, que foi funcionário do Ministério da Fazenda e goleiro do Santa Cruz, onde se sagrou campeão profissional de futebol em 1919, o menino Paulo conheceu Pernambuco aos 8 anos, em viagem de férias de família. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Paulista de Direito, da PUC/SP, em 1965, Paulo de Barros Carvalho começou uma sólida carreira jurídica.

Foi no constante aperfeiçoamento ao estudo do Direito, e já na condição de doutor em Direito Tributário, que nosso homenageado conheceu em 1975, em um curso para professores da PUC, o jurista pernambucano, professor Lourival Vilanova, catedrático de Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito do Recife. Dr. Paulo já era um admirador e estudioso da obra do professor Vilanova, que ministrou o curso. A partir daí o tributarista paulista estreitou ainda mais os laços com Pernambuco, visitando com frequência à casa do professor Vilanova, no Recife, ao qual considerava um filósofo e teórico geral do Direito.

Com justificada razão: hoje o saudoso mestre Vilanova é um dos autores mais citados em livros de Direito Tributário.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados

Com o seu notório saber jurídico, o Dr. Paulo de Barros Carvalho tem oferecido na área do Direito Tributário uma inestimável colaboração a Pernambuco. É de sua autoria importantes pareceres jurídicos, em épocas diversas, ao Governo do Estado. Tem uma forte relação com a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Na UFPE participou de várias bancas examinadoras de concursos. Na Unicap coordenou em 2000 o Mestrado em Direito que a universidade pernambucana realizou com a PUC/SP.

Como presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, desde 1975, é responsável por 20 cursos no Brasil. O curso do Recife, em nível de especialização, ele coordena pessoalmente, onde ministra pelo menos uma aula semestral. Pela sua admiração ao mestre Vilanova, fundou no dia 2 de janeiro de 2002, no Recife, junto com um grupo de tributaristas, em sua maioria de São Paulo, o Instituto Nacional de Ciências Jurídicas Professor Lourival Vilanova.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC, há 15 anos, o Dr. Paulo é autor de mais de 30 livros jurídicos, produzidos pessoalmente, em algumas co-autorias e em grupos mais abrangentes de autores. Já prefaciou quase 100 livros e frequentemente participa de congressos de Direito nacionais e internacionais.

Hoje pela manhã, abriu o III Congresso Brasileiro de Direito Tributário, do qual é presidente, e que prossegue até sexta-feira no Centro de Convenções. Nesta noite, na Casa de Joaquim Nabuco, Dr. Paulo recebe o Título de Cidadão de Pernambuco, projeto de lei que com muita honra apresentei e que foi aprovado pela unanimidade dos parlamentares estaduais com assento nesta Casa. Portanto, Dr. Paulo, receba essa honraria que o nosso povo lhe tributa como o mais novo pernambucano. Muito obrigado

Pronunciamento do Deputado José Queiroz na Reunião do dia 22 de setembro de 2005.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

A IMPORTÂNCIA DA TRANSNORDESTINA PARA PERNAMBUCO

Interpretando a concepção de desenvolvimento do nosso Partido, já manifestamos nossas preocupações com o interior do Estado. Desse modo é que vislumbramos duas importantes obras como instrumento desse fundamental objetivo: a Transposição do São Francisco e a TRANSNORDESTINA. Ocupamo-nos hoje, apenas sobre a Transnordestina. O Brasil não soube dar ao transporte ferroviário a importância que o mesmo representa para o escoamento da produção. Mesmo com a falta de prioridade há ações pontuais do governo no setor que vêm atrasadas na esteira do tempo mas antes tarde do que nunca.

O Governo Federal decidiu iniciar a implantação da TRANSNORDESTINA, e pelo seu traçado contemplara principalmente Pernambuco e Ceará, estimulando e consolidando os portos de SUAPE e PECEM. Ocorre que o traçado da TRANSNORDESTINA não consulta neste momento aos interesses de Pernambuco pois seria iniciado em Eliseu Martins, base de escoamento de grãos no Piauí, viria até **Arapirina** e teria como primeira opção o ramal até o Porto de PECEM, inclusive com bitolas largas e convencionais.

Obra dessa magnitude, o Projeto sofreu adaptações, mas a interrogação que se coloca é a prioridade que se ensaia do trecho Arapirina PECEM, o que se ocorrer, deixará Pernambuco em posição secundária sem que se tenha certeza da execução do segundo trecho, tão sêdo.

Nosso companheiro de Casa, Raimundo Pimentel trouxe essa preocupação à Tribuna, o que nos provoca ampliar o debate sobre outra visão.

Convém então destacar a importância dessa obra para Pernambuco, ressaltando que se projeta ao longo de dez anos, a criação de 150 mil empregos diretos, indiretos e efeito renda, sendo que somente a construção criará 25 mil empregos.

É de se presumir que o apoio logístico ao Polo Gesseiro, com a eficiência do transporte, deverá duplicar a produção que poderá alcançar 4 milhões de toneladas/ano, gerando mais riquezas no Araripe. Há os que acreditam que também haverá o crescimento da produção de frutas no Vale do São Francisco.

Por outro lado, a área de influência econômica da Transnordestina, sofrerá obviamente impacto em suas atividades, beneficiando o desenvolvimento de 22 municípios pernambucanos, além da atração de novos investimentos em face da nova infra-estrutura logística.

Questiona-se repitamos, que a influência e o interesse do Ministro Ciro Gomes, nas coisas do seu Estado, levaria toda a 1ª etapa em direção à PECEM.

Ora, li atentamente no Diário Oficial do Estado, a concessão de incentivos à ferrovia Transnordestina, nas operações internas e de importação, bem como de compras, em outras unidades da Federação, de trilhos, dormentes de concreto, de fixação elástica e pedra britada, produtos que serão utilizados na obra, sem desconsiderar que o governo examina a possibilidade de concessão de outros incentivos.

Incentivo significa renúncia de receita, alias prática habitual de governos que diminuem recursos dos Estados e dos municípios e merece uma análise mais apurada.

Diante das questões levantadas, confessamos as nossas preocupações e entendemos que o governador precisa agir urgentemente, em duas direções.

A primeira, seria sustar imediatamente a concessão desses incentivos, comunicando ao Ministro Ciro Gomes, que necessita estudar e redefinir pontos do Projeto.

A segunda, será a pronta e eficaz ação de técnicos do Estado, escudados na intervenção do governador, de definir por pacto, o início das obras de forma simultânea, a partir de SUAPE e Eliseu Martins, com cronograma acompanhado para que não enseje manobra em detrimento do nosso Estado.

Mesmo entendendo ser importante a audiência pública neste Poder, sobre os fatos narrados, a urgência das medidas anteriormente sugeridas pode evitar que se consuma decisão nociva aos interesses de Pernambuco.

Outro ponto a destacar é ver agora o governo aportar recursos para essa obra após as privatizações do sistema ferroviário, quando se dizia que o Estado brasileiro esgotou sua capacidade de investimentos e só a iniciativa privada seria capaz de alavancar a modernidade do sistema. Nosso partido continua na mesma linha de coerência.

Com a palavra o Governador de Pernambuco e a nossa permanente vigilância.

Pronunciamento da Deputada Jacilda Urquiza na reunião do dia 29 de agosto de 2005.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Compareço nesta tarde à Tribuna dessa Casa para, na condição de Presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, para referenciar e, possivelmente, somar-se às vozes de outros pronunciamentos, a passagem neste dia 29 de Agosto de 2005, dos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, constituído pela Lei 7.353, de 29 de Agosto de 1985.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º, define os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e, no item IV, determina: “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Nesse princípio legal, encontramos respaldo para intensificarmos a luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, de forma a se tornarem fortalecidas para continuar a ampliar as conquistas que obtiveram, ao longo de três décadas de reivindicação e negociação, que culminaram na Plataforma de Ação aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz, realizada em 1995, em Beijing, na China.

A Plataforma, nobres parlamentares, recomenda aos Estados Nacionais a elaboração de planos de ação para capitalizar e potencializar as ações bem-sucedidas, com vistas a eliminar as discriminações de gênero e consolidar a cidadania plena da mulher.

Dentro dessa ordem, a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher tem sido um importante instrumento que tem ajudado no cumprimento das recomendações da Plataforma e honrar o compromisso internacional assumido pelo Governo brasileiro. A implantação de organismos voltados especificamente para a defesa dos direitos da mulher é uma recomendação da Conferência de Beijing e está contemplada na Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Na sua forma institucional, esses organismos têm atuado através dos Conselhos, das Coordenadorias e das Assessorias, cuja função básica é a de promover, no estado e no município, políticas para eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, fortalecendo a sua participação plena na vida política, econômica, social e cultural.

Os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher vêm representando novos canais de interlocução e parceria entre a sociedade civil e o Estado. E a sua importância vai além disso, pois introduzem no aparelho do Estado não só as reivindicações, mas também a implementação e o monitoramento de políticas públicas que atendam às necessidades e aos direitos das mulheres. A igualdade entre os sexos faz a diferença em um regime democrático e essa igualdade é hoje, sem dúvida, uma aspiração da sociedade brasileira.

Outro aspecto fundamental da atuação dos Conselhos é a sua interlocução com a sociedade civil, para promover a mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis em universidades, organizações não-governamentais, mídia e setor privado, em benefício de iniciativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Aproveito, portanto, Sr. Presidente para, na passagem de aniversário dos 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, conclamar as demais colegas Deputadas, para em conjunto com a Comissão dos Direitos da Mulher, já instalada nessa Casa Legislativa, unirmos força e voz com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e com a sociedade civil organizada, em atividades relacionadas a esse tema, definirmos uma atuação ainda mais instigante na proposição de idéias e no acompanhamento e fiscalização do cumprimento das Leis conquistadas a partir da Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Muito Obrigada.